



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 74/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10161/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Borba.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Antônio José Muniz Cavalcante, Prefeito do Município de Borba à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Conclusivo nº 65/2013 e DICAMI – Relatório Conclusivo nº 2/2013.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 520/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal de Borba a **DESAPROVAÇÃO** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Borba, referente ao exercício de 2012, gestão do Sr. Antônio José Muniz Cavalcante, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 74/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 2DA46C2B-70476C88-656408C8-27262568



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 74/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 74/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

2- Processo TCE nº 10161/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Borba.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Antônio José Muniz Cavalcante, Prefeito do Município de Borba à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Conclusivo nº 65/2013 e DICAMI – Relatório Conclusivo nº 2/2013.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 520/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2012.

Contas Irregulares. Glosa. Multas. Prazo. Inscrição na Dívida Ativa. Comunicação à Secretaria da Receita Federal. Determinação à origem e a próxima Comissão de Inspeção. Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- À UNANIMIDADE:

9.1.1 - Julgar pela irregularidade das contas da Prefeitura Municipal de Borba, referente ao exercício de 2012, tendo como responsável o Sr. Antônio José Muniz Cavalcante, Prefeito Municipal de Borba, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei nº 2.423/96 em razão da permanência das falhas;

9.1.2- Glosar o montante de **R\$ 92.906,76 (noventa e dois mil, novecentos e seis reais e setenta e seis centavos)**, em alcance ao Sr. **Antônio José Muniz Cavalcante**, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, para ressarcir os cofres públicos do município, em decorrência das irregularidades apresentadas na Tabela de fls. 821, do Relatório Conclusivo nº. 65/2013-DICOP (fls. 786/821), ratificadas em parecer ministerial às fls. 823, obtido pela soma do valor de R\$ 40.363,16 (quarenta mil, trezentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos), referente ao Contrato nº 084/2012 (item 18.2 do presente voto), e o valor de R\$ 52.543,60, referente ao Contrato nº 099/2012 (item 18.1 do presente voto).

9.1.3- Multar o Sr. Antônio José Muniz Cavalcante, Prefeito Municipal de Borba:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 74/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 74/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

9.1.3.1 - No valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela inobservância de prazo legal, referente aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos bimestres janeiro/fevereiro, março/abril, maio/junho, julho/agosto, setembro/outubro e novembro/dezembro, contrariando o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), item 2 deste voto.

9.1.3.2- No valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela inobservância de prazo legal, em razão do não envio a esta Corte de Contas dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º e do 2º semestre, totalizando o montante de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), item 3 deste voto.

9.1.3.3- No valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela inobservância de prazo legal fixado por este Tribunal de Contas, por ausência de lançamentos no sistema ACP, bem como pela inobservância de prazo legal para a remessa de documentos, itens 14, 15 e 16 deste voto.

9.1.3.4- No valor de R\$ 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelas faltas cometidas nos itens 4 a 13, 17 e 18 descritos neste voto, contra a norma legal de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

9.1.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Antônio José Muniz Cavalcante, Prefeito Municipal de Borba recolha o valor da multa que lhe fora aplicado aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.1.5- Autorizar, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE;

9.1.6- Determinar ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Borba que, no prazo de 30 (trinta) dias, faça cessar a acumulação de cargos dos agentes e dos servidores da Prefeitura Municipal de Borba, dispostos nos itens 8 e 9 deste voto e no Relatório Conclusivo nº 2/2013-DICAMI (fls. 730/732 e fl. 734), que estejam em desacordo com o mandamento constitucional. **ADVERTIR** o atual gestor da Prefeitura Municipal de Borba, acerca das penalidades cabíveis em caso de não cumprimento da presente determinação, devendo dar ciência inequívoca do atendimento perante esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 74/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 74/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

9.1.7- Recomendar à Origem para:

a) Observar os prazos previstos nas normas legais desta Corte de Contas, bem como os dispositivos da Resolução nº 07/2002- TCE/AM, referente ao sistema ACP;

b) Observar e cumprir com as disposições dos artigos 52, 54 e 55, § 2.º, da Lei Complementar n.º 101/2000-LRF e ainda, os artigos 1º e 2º da Resolução nº 11/2009 do TCE/AM, referentes, respectivamente, à publicação e ao prazo dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal relativos ao exercício financeiro de 2012;

c) Verificar e fazer cessar as eventuais futuras acumulação de cargos de agentes e de servidores da Câmara Municipal de Borba, que estejam em desacordo com o mandamento constitucional;

d) Informar via sistema informatizado e encaminhar para esta Corte de Contas todos os Atos de Admissão de Pessoal concursado e/ou temporário, para análise nos termos do art. 1º, inciso IV, da Lei nº 2.423/96 e art. 5º, IV da Resolução nº 04/2002-TCE (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado);

e) apresentar aos Técnicos do Tribunal de Contas, por ocasião da Inspeção Ordinária, todas as documentações relativas ao pagamento dos precatórios realizados pela Prefeitura na sede do Município (art. 100 da Constituição Federal/88);

f) inserir as informações solicitadas no Sistema GEFIS, na sua integralidade, observando a descrição dos campos contidos no sistema, de modo a guardar lógica conexão com os demais documentos enviados ao TCE/AM, assim como com os sistemas instituídos por esta Corte;

g) atualizar os instrumentos de transparência da gestão fiscal (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do ente, assim como o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo) e divulgar na internet ou em seu Portal da Transparência, cuja obrigatoriedade de implantação teve prazo limite em 27 de maio de 2013 para a municipalidade.

9.2 – POR MAIORIA, aplicar multa ao responsável no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, II da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, **por cada mês de atraso** no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de janeiro a dezembro (12 meses), totalizando o montante de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), item 1 do Relatório/Voto.

Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 74/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 74/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 2DA46C2B-70476C88-656408C8-27262568